

## A AUTONOMIA COMO PRESSUPOSTO ESSENCIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

*Data de aceite: 03/08/2023*

**Nara Barreto Santos**

Mestra em Educação de Jovens e Adultos.

**Ana Paula Cardoso Ramos**

Especialista em Organização e Processos de Ensino de Pós-Graduação Lato Sensu

**RESUMO:** O presente ensaio científico tem como objetivo trazer reflexões sobre a necessidade da escola considerar o educando como pessoa com autonomia no contexto social. E por isso a escola precisa rever a forma como essa modalidade de ensino, no Tempo Formativo III, o equivalente ao Ensino Médio tem sido tratada no âmbito escolar. Uma vez que esses educandos adquiriram uma autonomia social e familiar que antecede à escola. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e multirreferencial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Educação de Jovens e Adultos. Autonomia

### 1 | INTRODUÇÃO

Tratar da autonomia como requisito essencial na educação de jovens e adultos, diz respeito a mudança paradigmática de uma educação tradicional, para um

paradigma que contemple os jovens e adultos com todas as suas potencialidades imanentes do próprio ser humano. É ter a sensibilidade de que eles têm suas especificidades que precisam imperativamente serem respeitadas no âmbito da aprendizagem. Cabe ao educador também ter condições na sua formação para colocar em prática, através de pesquisas, a mudança de perspectiva nesse processo de construção da aprendizagem. Somente assim esse grupo social poderá ter respeitadas as suas condições de vida, seus limites pessoais e sociais. E considerar seus limites, suas condições sociais é valorizar a sua autonomia ao longo da sua existência independente do âmbito escola.

A Educação de Jovens e Adultos é considerada por muitos autores como uma modalidade de ensino, tendo amparo jurídico na Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9394/96, no art.37, § 1º que assegura:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos,

que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Dar oportunidades educacionais apropriadas, conforme referência nessa Lei 9994/96, é justamente reconhecer as especificidades desse grupo social e considerá-lo com autonomia existencial prévia ao sistema escolar. Os jovens e adultos são indivíduos que são estigmatizados como analfabetos, destituídos de saberes ou conhecimento. Apesar disso, eles aprenderam a ter autonomia por imposição da própria vida, da própria sobrevivência. A sua autonomia antecede ao seu retorno à escola são pessoas que trabalham, se mantêm ou são provedores de família.

A dinâmica de vida desses educandos é de total autonomia de escolha para se sacrificarem na busca de sobrevivência, na busca de suas melhorias dentro da sociedade na qual eles vivem. É uma incoerência uma educação voltada para esse segmento escolar sem considerar sua trajetória de vida e seus saberes adquiridos na luta diária. Quando eles chegam na escola a sua autonomia já foi conquistada, já foi extraída pelas limitantes condições precárias de vida. Se a escola não ressalta e nem valoriza a autonomia desses educandos, ela irá fatalmente proporcionar uma educação inadequada contrária à previsão dessa modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases.

Foi em decorrência desse pensamento, que nós, como professoras, atuantes e pesquisadoras da EJA trouxe a proposta do tema: **“A Autonomia como Pressuposto Essencial na Educação de Jovens e Adultos”**. Este trabalho tem como objetivo trazer o conceito de autonomia no âmbito da Ciência Política, da Filosofia, da Psicologia e sob a perspectiva de Paulo Freire na sua obra *Pedagogia da Autonomia*. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, uma reflexão na abordagem qualitativa e multireferencial. Está dividida em nos itens: Por uma Educação de Jovem e Adulto Baseada na Autonomia do Educando; A Autonomia sob a Perspectiva Freireana; Os Desafios da Aplicabilidade de uma Educação Centrada na EJA e a Conclusão.

## **2 | POR UMA EDUCAÇÃO DE JOVEM E ADULTO BASEADA NA AUTONOMIA DO EDUCANDO**

Etimologicamente a palavra autonomia tem sua origem no grego, *autônomos*, significando aquele que é governa a si próprio. O termo “autonomia” tem um vasto conceito na literatura acadêmica. O seu conceito pode estar vinculado no âmbito da Ciência Política, no âmbito da Filosofia e no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento Humano e no âmbito da Educação.

Dentre as diversas concepções que encontramos na Ciência Política temos a visão de Martins (2002) que afirma que o termo pode estar vinculado à ampla participação social, e, em outros, vinculado à participação política tratando-se o processo de descentralização

e desconstrução de poder. Pensar a autonomia no âmbito social e político é discuti-la na esfera da teoria política que foi largamente assimilada largamente pelas teorias da administração de empresas e escolas Martins (2002). A autonomia nesse aspecto refere-se à democracia vista por Rousseau, conforme afirma (Martins, 2002, p.):

O exercício da autonomia nos palcos da participação política e social está relacionado à democracia proposta por Rousseau para quem o princípio inspirador do pensamento democrático sempre foi a liberdade, como autonomia, isto é, como a sociedade é capaz de dar leis a si própria.

É notório que a referência do grande iluminista, invoca o período Iluminista do século XVIII, onde Rousseau (1712-1778) criou a ficção do Pacto Social onde os homens dariam poder ao Estado, como seu representante e esse criaria as leis para administrar eles próprios, já que no plano individual isso não seria tão plausível como no plano coletivo. É contraditório pensar a autonomia na perspectiva da democracia, uma vez que a existência de uma instituição democrática não implica na autonomia do indivíduo. Participar de certas ações na sociedade pode-se significar obrigatoriedade de participação, como no caso das eleições ocorridas no Brasil. Ninguém tem a autonomia de não ir na votação. A autonomia está muito além da participação do ser humano num Estado democrático.

Japiassu e Marcondes (2006) trazem um conceito semelhante ao de Martins (2002) dando sentido de autonomia como a liberdade política de uma sociedade, afirmando: “Liberdade política de uma sociedade capaz de governar-se por si mesma e de forma independente, quer dizer com autodeterminação. “No campo filosófico temos a concepção de Kant (1724-1804), Japiassu e Marcondes (2001, p. 21) explica:

Em Kant a autonomia é o caráter da vontade pura que só se determina em virtude de sua própria lei, que é conformar-se ao dever ditado pela razão prática e não por interesse externo: a autonomia da vontade é essa propriedade que tem a vontade de ser por si mesma sua lei (independentemente de toda propriedade dos objetos do querer). Portanto, o princípio da autonomia é: simples escolha de tal forma que as máximas de nossa escolha sejam compreendida ao mesmo tempo como leis universais nesse mesmo ato de querer.

A autonomia em Kant (1724-1804) tem como essência a vontade do ser em autodetermina-se independente de fatores externos, ele cria sua própria lei. O ser humano autônomo seria aquele que cria sua própria legislação moral e não submeteria a qualquer condição que não estivesse em consonância com a sua vontade.

No campo da Psicologia, tratando-se do desenvolvimento humano temos o conceito de Carl Rogers (1902-1987) na sua concepção a autonomia está relaciona-se ao centramento na pessoa humana, ela é fundamental para que o ser humano se desenvolva plenamente e de forma saudável, sem um direcionamento de quem quer que seja. Sobre essa perspectiva Martins (2002 p. 20) colabora afirmando:

Nessa perspectiva, o único indivíduo formado seria aquele que aprendeu

como aprender, como adaptar-se e como mudar, pois, somente assim poderia compreender que nenhum conhecimento é indiscutível e que a capacidade de adquirir conhecimentos seria sua única segurança. Martins.

A concepção de Carl Rogers (1902-1985) se aproxima bastante dos parâmetros educacionais uma vez que trata da questão da aprendizagem, partindo do indivíduo construindo a habilidade de construir seu conhecimento a partir da sua própria curiosidade. Esse é o grande desafio da sala de aula, como ensinar de forma a conduzir o educando sem subjugar-lo aos preceitos pré-estabelecidos do educador. Contudo o próprio Rogers (1973, p.34) traz uma solução: “O professor e o aluno se tornam colegas na responsabilidade de cada um quanto ao tempo de aula”. O autor já traz a alternativa de que o processo educativo é de responsabilidade tanto do educador quanto do educando. Mas para isso, teria que se repensar toda a estrutura organizacional da escola bem como toda a prática do educador na sala de aula.

É relevante dizer que os conceitos apresentados têm sempre a referência da autonomia como vontade do ser humano ainda que dentro da perspectiva da política é o coletivo que cria suas próprias leis. É a manifestação da vontade humana que impera independente dos fatores internos. Considerando como já fora dito que o educando da EJA chega ao ambiente escolar com autonomia para viver sua própria vida independente de um posicionamento diretivo da escola, essa autonomia deverá ser tratada de uma forma bem mais complexa.

É preciso ressaltar mais uma vez que essa modalidade de ensino requer um cuidado específico, pois o tempo para eles não é no futuro é no agora, não há tempo para uma aprendizagem eterna. O adulto não dispõe de tempo para se eternizar na construção de sua aprendizagem na escola, rever a construção da aprendizagem dessa modalidade de ensino se faz necessária. Contudo, considerando que os educandos da EJA chegam à escola com autonomia construída ao longo da sua história, como seria essa autonomia na sua aprendizagem? Seria uma autonomia construída com conscientização do que esse educando traz da sua história de vida e como a escola pode ajudá-lo ainda mais nas suas interações com a sociedade. Morin. (1996) escreve que o sujeito é autor e ator de sua história e das diferentes histórias sociais, na medida em que são múltiplas as influências dos diversos sistemas de que participa. É essa compreensão que os educadores devem ter na sua construção formativa de que ele não é o detentor único do conhecimento, sendo assim a aprendizagem é responsabilidade de todos e cabe o educador a compreensão de que o educando da EJA já construiu a sua história, já passou por diversos conflitos sociais na busca da sua sobrevivência. A escola não pode atuar de forma a desconhecer que os jovens e adultos capazes de manter-se e prover suas famílias e a escola será um espaço para despertar sua conscientização sobre sua condição de vida e o lugar que ocupa na sociedade.

O educando da EJA, retorna à escola e se encontra diante de educação ainda com

resquícios do positivismo, o conteúdo é dado, sem que ao menos ele tenha condições de opinar sobre o que ele gostaria de saber e como a escola poderia ajudá-lo. Ele é visto como mais um que deve aprender os conteúdos impostos por um sistema educacional que trata a escola como um instrumento de cumprir as leis administrativas.

O educando da EJA já tem a autonomia de sobrevivência na sociedade, contudo a escola que deve ajudá-lo ainda mais nessa construção, é uma empreitada coletiva, não basta a escola cumprir literalmente às leis impostas, ela deve romper com o preestabelecido e ouvir os valores sociais e culturais trazidos pelos educandos. São sujeitos de direitos, atuando na sociedade ainda com qualidade de vida inadequada. Consideramos a concepção de Charlot (2001) do que seja sujeito:

Ao se falar de sujeito tratamos de um ser Humano, aberto a um mundo, portador de desejos, movido por esses desejos, em relação com outros seres humanos (também sujeitos); um ser social que nasce e cresce em uma família (ou em substituto de família), que ocupa uma posição em um espaço social, que está inscrito em relações sociais; e ainda um ser singular, exemplar único da espécie humana, que tem uma história, e que interpreta o mundo, dá um sentido a esse mundo, à posição que ocupa nele, às relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. (Charlot, 2001, p.33).

Há um ser humano, que busca compreender seu mundo, interpretando-o de acordo a sua experiência de vida. A escola deve aprender como conduzi-los a seu processo de conscientização, ela falha quando prioriza aspectos administrativos e trata os educandos da EJA, como os educandos do ensino regular. É contraditório priorizar aspectos administrativos e esquecer que cada ser humano, se desenvolve em sociedade com um fator único e singular que é a sua subjetividade.

### **3 | A AUTONOMIA SOB A PERSPECTIVA FREIREANA**

Pensar em Paulo Freire é relembrar o seu método de alfabetização, a sua preocupação com o processo de conscientização dos adultos do campo. É também reviver sua epistemologia, como a dialogicidade, a educação democrática e libertária, bem como o tema da autonomia tão marcante nas suas obras ainda que implicitamente. A sua episteme não só traça caminhos necessários para o educador, como suas teorias oferecem reflexões para que o educador libere o educando de pensar que ele, como difusor de conhecimento, e a única autoridade desse conhecimento. A autonomia é uma categoria muito presente na obra de Paulo Freire.

No livro “A Pedagogia da Autonomia- Saberes necessários à Prática Educativa”, Freire (1996) tem como tema central em toda sua obra, a autonomia, uma tema emergente que contraria toda a pedagogia tradicional, o subtítulo: Saberes Necessários à Prática Educativa ressalta a importância do tema para Freire e para a própria prática em sala de aula de todo educador. Certamente, que como defensor de uma educação libertária,

saberia que ela só seria possível através da autonomia do educador e do educando. Para Freire (1996, p.71) “o trabalho de construção de autonomia é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo”.

Nesse olhar de Freire (1996), o educador presume-se como detentor da autonomia. No entanto, se o educador não sabe ser autônomo, ele não terá condições de conduzir seu educando para se assumir-se como pessoa com autonomia. Freire(1996) se refere à essa possibilidade, porém implicitamente quando indica “Os Saberes Necessários à Prática Educativa” ele induz ao leitor, educador, que ele deverá saber e colocá-lo na sua prática educativa. É um saber imprescindível à toda construção da aprendizagem na sala de aula, sem esse saber a educação está fadada à subordinação do saber do educando aos saberes escolares.

Na educação, o termo “autonomia” está ligado à condição do aprendente de organizar seus próprios estudos, buscando fontes de informação e conhecimento, e construindo um saber ligado aos seus próprios objetivos. Em educação a distância, o termo “autonomia” é usado para evidenciar a independência do aluno em relação aos professores. Há uma liberdade na escolha dos caminhos e alvos da educação, o que significa, também, uma responsabilidade maior por parte do aprendiz.

Elucidando a interdependência dos contextos no qual o indivíduo se desenvolve, Morin et al. (1996) escreve que o sujeito é autor e ator de sua história e das diferentes histórias sociais, na medida em que são múltiplas as influências dos diversos sistemas de que participa. Neste sentido, para conhecer o potencial autônomo do sujeito, é fundamental compreender que tipo de relações o jovem estabelece na sua vida social. Nessa perspectiva, a autonomia é construída pelo próprio indivíduo, na medida em que existe uma relação de seu mundo interno, de sua própria auto-organização, com as condições externas em que ele se desenvolve. Assim, como resultados de seus estudos, Noom, Dekovic e Meeus (1999) identificaram o aparecimento de três níveis de habilidades da autonomia que em muito têm auxiliado na compreensão desta temática. Tais níveis incluem a autonomia atitudinal, emocional e funcional, as quais se desenvolvem de acordo com o contexto no qual o indivíduo está inserido.

A autonomia atitudinal ou cognitiva refere-se à percepção de metas pelo exame das oportunidades e desejos, considerando os processos cognitivos para criar as possibilidades de fazer suas próprias escolhas. Ela se evidencia quando os jovens são hábeis para definir suas metas e pensar sobre seus atos. Autonomia funcional ou conductual refere-se à percepção de estratégias pelo exame do auto respeito e controle, capacidade de tomar decisões e tratar os próprios assuntos sem a ajuda dos pais. Consiste no processo regulador de desenvolvimento de estratégias para alcançar as próprias metas. É alcançada quando os adolescentes são hábeis para encontrar formas para atingir suas metas.

Já a autonomia emocional refere-se aos delicados processos de independência emocional em relação aos pais e aos pares. Ela realmente ocorre quando o jovem sente

confiança em definir suas metas, independente dos desejos dos pais ou dos pares. Embora haja conceitos e especificidades de autonomia. A autonomia proposta por Paulo Freire( 1921-1997) em suas obras, é a autonomia que cada ser humano tem de pensar sobre si, sobre sua realidade, sobre seus saberes e sua realidade de vida. Apesar de sua proposta ser estimulada no processo de aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos, ela ainda não logrou êxito devido ao próprio reconhecimento pelo Estado e as políticas públicas sobre a importância dessa modalidade de ensino. Além disso, o processo de formação de professores praticamente não existe, principalmente nos cursos da licenciatura e Pedagogia. Dessa forma, as leis que protegem a educação brasileira não se efetivaram o que contribui para que Educação de Jovens e Adultos seja ainda precarizada, vista com discriminação pela sociedade brasileira e pelo próprio Estrado.

A autonomia abordada por Paulo Freire( 1921-1997) é proposta implicitamente com todos os conceitos e especificidades de autonomia. Não há uma setorização, contudo a autonomia do sujeito é construída a partir de sua leitura da mundo, para um exercício de interpretação crítica e criativa. Quando o ser humano constrói uma leitura reflexiva e crítica sobre uma fenômeno, sobre um contexto social, ele ganha força de interação dentro de uma sociedade. Isso significa que ao fazer uma leitura crítica, o ser humano, apreende o mundo com conscientização. Na proposta de Paulo Freire( 1921-1997), conscientização é um processo de reflexão e ação, o que possibilita a constituição de um sujeito com autonomia.

Ao tratar da relação dialógica no livro: “Pedagogia do Oprimido”, Freire(2015) também traz implicitamente a questão da autonomia através de uma relação dialógica. Mas como o diálogo estimula a autonomia do sujeito? Considerando a concepção de Freire (2015) de que na relação dialógica existe a interação de subjetividades, não há uma relação de hierarquia, pode-se deduzir que ambos sujeitos desejam estabelecer o diálogo. Há a construção de uma escuta, onde um está atento ao que o outro diz, a uma reciprocidade de respeito a subjetividade do outro. Nesse viés, não há uma subordinação de um sujeito em relação ao outro, portanto há o respeito ao posicionamento ao que o outro tem a dizer. Ainda que seja dito no diálogo concepções divergentes entre os sujeitos. É um exercício ao pensar, ao refletir sobre um mundo conhecido pelos envolvidos.

É no diálogo concebido por Freire (2015, p.122) que o ser humano adquire consciência para conhecer suas atividades e a si mesmo, o que é não possível no mundo. Como subjetividade atuante o ser humano detém os limites de situações ao comunicar-se com o outro. O diálogo, portanto, contribui para o desenvolvimento do autoconhecimento do ser humano de forma que lhe possibilite conhecer se as concepções que ele adquire do mundo lhes são próprias ou ele assimilou de outros seres humanos na convivência em sociedade.

## 4 | OS DESAFIOS DA APLICABILIDADE DE UMA EDUCAÇÃO CENTRADA NA EJA

Existem muitas dificuldades e desafios na aplicabilidade de uma educação centrada na Educação de Jovens e Adultos, na rede pública do Estado da Bahia. Dentre eles podemos destacar a proposta de Paulo Freire(1921-1997) com o trabalho com os adultos do campo, atrelado a esse problema temos a questão da formação do professor; além disso podemos observar o que dificulta a fundamentação e a identidade da própria EJA.

A palavra autonomia vem do grego autônomos, uma junção de auto -, “de si mesmo” + nomos, “lei”, ou seja, “aquele que estabelece suas próprias leis”.Essa concepção encontra-se no dicionário comum. Em outras palavras é o indivíduo que vive com suas próprias regras, convicções, sem se submeter à opinião alheia. Diz respeito ao ser humano que embora viva em sociedade sabe discernir o que ele produz por si mesmo, do que está sob influência do outro. Esta temática discute como a leitura é o instrumento que tem como propósito a autonomia do indivíduo. É uma complexidade de relações que poderia se desenvolver, contudo o foco encontra-se na escola. A autonomia pode ser estimulada na prática de leitura, quando o educador, mostra ao educando não apenas o seu entendimento sobre uma realidade, mas quando traz para sala de aula outras perspectivas sobre o mesmo tema, através de outros autores e permite que o educando forme seus próprios conceitos e opiniões sobre determinado tema. Como afirma Freire (1996) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção. Paulo Freire(1921-1997) ao desenvolver as atividades com adultos no campo, ele buscou compreender o mundo do trabalho daqueles adultos, de forma a compreender o que eles eram capazes de produzir em face da realidade que eles conheciam. Diante disso, produzir e construir conhecimento implica em um diálogo que busque considerar o posicionamento do sujeito educando, diante o seu saber de vida, para que ele possa descobrir-se autônomo para construir o seu conhecimento. Considerar apenas o conhecimento do educador em sala de aula é criar um círculo de dependência na relação ensino e aprendizagem. Ele próprio se forma, quando lhe é dada a possibilidade de escolha para a produção do seu conhecimento. Os professores da EJA muitos ainda tem a formação adequada para trabalhar com os sujeitos da EJA, já que muitos nem compreendem a noção do sujeito, que Charlot(2001) aborda, o conceito se faz importante para enfatizar mais ainda a questão da importância da autonomia desses educandos. Se o educador no espaço pedagógico compõe o processo formativo, o educando também tem algo a dizer sobre a seu processo formativo dentro da escola. Mas essa perspectiva é negligenciada, subalterniza o educando da EJA, o colocando como um sujeito vazio. Isso é um grande entrave, já que despertar a autonomia de um indivíduo implica em dar-lhe voz, não somente uma carga de conteúdo inalcançável para quem ficou muito distante da escola. O grande desafio em sala de aula para o educador seria como aproveitar o conhecimento de mundo do educando da EJA e



adequá-la à sua área de conhecimento. Estabelecer o conhecimento vida desse educando e demonstrar a relação com o conteúdo desejado.

É difícil para muitos profissionais compreenderem o pensamento de que somos seres únicos, singulares, que interpretamos o mundo constantemente e simultaneamente estamos construindo um conhecimento, ainda que fora dos bancos escolares. A educação positivista ainda se encontra fortemente presente nos dias atuais. Foi aprendido durante décadas de que a escola deveria privilegiar o observável, o conteúdo em primeiro lugar, a aprendizagem do educando estava em segundo plano, a vivência, as experiências do indivíduo são, em última instância, discussão numa reunião pedagógica. Além disso, muitos professores na sua graduação não tiveram a oportunidade de estudar as especificidades do educando da EJA, o que contribui para uma educação limitada, atrofiada e mal interpretada nessa modalidade de ensino. Se faz necessário uma revisão curricular nas graduações atuais tanto na área da pedagogia quanto nas licenciaturas. A formação continuada precisa de investimento das políticas públicas educacionais para que o professor tenha espaço para discutir os obstáculos epistemológicos para os educandos da EJA.

## CONSIDERAÇÕES

É muito importante que a escola reconheça a autonomia dos educandos da EJA no contexto social que antecede ao seu retorno à escola, pois esse entendimento favorece o estímulo da aprendizagem de acordo com a proposta dialógica de Paulo Freire(1921-1997). Não podemos afirmar que foi essa visão de Paulo Freire, quando executou seu método de alfabetização, contudo é correto afirmar que ele considerava os adultos do campo e onde eles estavam inseridos no contexto social, para estruturar o processo de alfabetização a partir de palavras que pertenciam ao mundo do trabalho desses adultos. Talvez o processo de formação do professor ,na perspectiva de valorizar a autonomia do educando, possibilite que ele reveja uma aprendizagem mais significativa e possa compreender que cada ano, o programa aplicado na EJA não poderia ser repetido de um ano para o outro , pois os sujeitos não são os mesmos e ouvi-los, faria toda diferença no conteúdo aplicado para Educação de Jovens e Adultos.

## REFERÊNCIAS

CHARLOT, Bernard.(Org.)Os Jovens e o Saber: Perspectivas Mundiais. Porto Alegre: Artmed, 2001.p.33.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade (título original: L'Institution imaginaire de la Société, Paris, Éditions du Seuil, 1975); tradução de Guy Reynaud, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários para a Prática Educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra,1996.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do Oprimido. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

Japiassú, Hilton e Marcondes, Danilo. Dicionário Básico de Filosofia. Japiassu e Marcondes. 4ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARTINS, Angela Maria. Autonomia e Educação: Trajetória de Um Conceito. Cadernos de Pesquisas. n. 115. março de 2002.

MORIN, E.; PRIGOGINE, I. et al. A sociedade em busca de valores. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

NOOM, M. J.; DEKOVIC, M.; MEEUS, W. H. J. Autonomy, attachment and psychosocial adjustment during adolescence: a double-edged sword?. Journal of Adolescence, v. 22, n. 6, p. 771-783, 1999.

ROGERS, Carl. Tornar-se pessoa. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

\_\_\_\_\_. Liberdade para aprender. Belo Horizonte: Interlivros, 1973.

São. Paulo: Saraiva, 1996. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

REICHERT, Claudete Bonatto; WAGNER, Adriana. Considerações sobre a autonomia na contemporaneidade. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, dez. 2007. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812007000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000300004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 30 ago. 2023.

Conceito de autonomia em: [https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk035xuMuxxZN5F83KUB36x1Nq2\\_gYg%3A1598785344768&ei=QIdLX\\_S9Lpay5OUPh-mwgAg&q=conceito+de+autonomia&oq=conceito+de+autonomia&gs\\_lcp=CgZwc3ktYWIQDDIHCCMQ6gIQJzIHCCMQ6gIQJzIHCCMQ6gI](https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk035xuMuxxZN5F83KUB36x1Nq2_gYg%3A1598785344768&ei=QIdLX_S9Lpay5OUPh-mwgAg&q=conceito+de+autonomia&oq=conceito+de+autonomia&gs_lcp=CgZwc3ktYWIQDDIHCCMQ6gIQJzIHCCMQ6gIQJzIHCCMQ6gI)